Classificação: 018.1

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

PROCESSO NUP
64581.012635/2025-13

Cód verificador: 1558631d-b0e2-45b7

ASSUNTO: Contratação de serviços continuados desinsetização, desratização e descupinização, dentre outros.

INTERESSADO: SALC, Conformador; Fiscal Adminstrativo; Ordenador de Despesa

Órgão de Origem: Hospital Militar de Área de Manaus

Data da Criação: 02/09/2025

Localização Atual do Processo: Conformidade de Registros e Gestão

Data da Autação: 02/09/2025

Estado: Autuado

PEÇAS PROCESSUAIS

1- Termo de Abertura Nº 1527-DIV MED/SUBDIREÇÃO/EMG (a)
2- DFD160020_000057_2024.pdf
3- Despacho Nº 118-FISC ADM/DIV AP ADM/SUBDIREÇÃO
4- Despacho Nº 122-H Mil A MANAUS
5- ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO.pdf
6- EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO.pdf
7- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 001/2025 - Processo 64581.012635/2025-13
8- 2_ALTERACAO_CONTRATUAL_ ELEFAR.pdf
9- ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA (1).pdf
10- ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA.pdf
11- Balanco 2023 reg.pdf
12- Balanco 2024 reg.pdf
13- Certidão negativa tcu.pdf
14- CND FALENCIA.pdf
15- CND FGTS.pdf
16- CND MUNICIPAL.pdf
17- CND RECEITA.pdf
18- CND TRABALHISTA.pdf
19- CNH Rafael Silva (2).pdf
20- CNPJ Elefar.pdf
21- consultarOcorrenciasFornecedor_38278903000101_2025-10-20.pdf
22- consultarOcorrenciasImpeditivas_38278903000101_2025-10-20.pdf
23- consultarOcorrenciasImpeditivasIndiretasFornecedor_38278903000101_2025-10-20.pdf
24- consultarSituacaoFornecedor_38278903000101_2025-10-20.pdf
25- DECLARACAO HMAN.pdf
26- diligencia Gmail - Diligencia - Dispensa de serviço.pdf
27- Inscricao Municipal ELEFAR.pdf
28- Licenca Sanitaria ELEFAR (1).pdf
29- Licenca Sanitaria ELEFAR.pdf
30- LMO - ELEFAR.pdf
31- nivel1Credenciamento_38278903000101_2025-10-20.pdf
32- PROPOSTA_DE_PRECO HMAN.pdf
33- elefar control tcu.pdf
34- elefar control.pdf
35- 2025NC419235 - D8SACNTAADM.pdf
36- NE_167020_2025NE002620_v002_38278903000101_20251105110928.pdf

37- Portal Nacional de Contratações Públicas.pdf
38- ETP107_2025.pdf
39- TR_160020-000142-2025__281_29_assinado.pdf
40- Carta Nº 25-SALC/DIV AP ADM/SUBDIREÇÃO

Legenda
(a) Documento de Origem
(b) Arquivos que não serão impressos por não se tratarem de arquivos de texto ou imagem
(c) Documento desentranhado
(d) Documento desmembrado

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

Termo de Abertura Nº 1527-DIV MED/SUBDIREÇÃO/EMG

Manaus, AM, 2 de setembro de 2025.

Assunto: Termo de Abertura de Processo Eletrônico

Anexos:
1) DFD160020_000057_2024.pdf

Em conformidade com a legislação pertinente, o processo eletrônico foi autuado conforme necessidade constante no Documento de Formalização da Demanda (DFD) nº 57/2024.

[redacted]
Adjunto da Divisão de Medicina

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **2º Ten** [redacted] rme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: bT4e-rCNL-pTtd-JqSO

HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

Documento de Formalização da Demanda 57/2024

Número do Documento de Formalização da Demanda: 57/2024

1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
CCIH	28/12/2025 01:00	160020	[redacted]A

Descrição sucinta do objeto

Contratação de serviços continuados desinsetização, desratização e descupinização, dentre outros.

2. Justificativa de Necessidade

Tais necessidades são fundamentadas em exigências regulamentares dos órgãos fiscalizadores, como a ANVISA, bem como proporcionar a manutenção dos ambientes hospitalares, para que não haja proliferação de insetos, ratos, infecções e outras mazelas que podem afetar a saúde pública.

A CCIH possui procedimentos devidamente amparados na legislação vigente e que visam atender as necessidades do HMAM.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R$)	Val. total (R$)
1	SERVIÇOS DE SANEAMENTO E SERVIÇOS SIMILARES		1,00	90.000,00	90.000,00

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

Fiscal de Contrato

[redacted]

Fiscal de Contrato

5. Acompanhamento

Nenhum acompanhamento incluído.

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

Despacho Nº 118-FISC ADM/DIV AP ADM/SUBDIREÇÃO

Manaus, AM, 2 de setembro de 2025.

Assunto: Contratação de serviços continuados desinsetização, desratização e descupinização, dentre outros.

Este Fiscal Administrativo é de parecer favorável à presente contratação, haja vista a manutenção do asseio hospitalar, segurança contra pragas e insetos, que colaboram para epidemias e contaminações em ambiente hospitalar.

Faço subir o presente despacho para aprovação do Senhor Diretor do HMAM.

[redacted]
Fiscal Administrativo

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **Cap** [redacted] 025, às 15:01 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: 2F2z-WnTf-aibx-OJpl

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

Despacho Nº 122-H Mil A MANAUS

Manaus, AM, 3 de setembro de 2025.

Assunto: Contratação de serviço contra pragas e insetos

Este Diretor é de parecer favorável à presente contratação, haja vista a manutenção do asseio hospitalar, segurança contra pragas e insetos, que colaboram para as epidemias e contaminações em ambiente hospitalar.

[redacted]
Diretor do Hospital Militar de Área de Manaus

[redacted]**ente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **Cel** 03/09/2025, às 10:14 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: lIZl-1kis-vhgv-6tMo

d. EQUIPE DE PLANEJAMENTO - Nomeação

Nomeio para compor a EQUIPE DE PLANEJAMENTO do processo licitatório NUP 64581.012635/2025-13, a fim de ser realizada a Contratação de serviços continuados desinsetização, desratização e descupinização, dentre outros, do Hospital Militar de Area de Manaus:

[redacted]

Em consequência, a Div Pes, a SALC, os militares em tela e os demais interessados tomem conhecimento e as providências administrativas decorrentes.

(Nota para BI nº 90.978, de 19 SET 25, da SALC)

e. FISCAL DE CONTRATO - TERCEIRIZADOS - Destituição/Designação

Destituo e designo para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 15/2022 - H Mil A Manaus, pertinente à empresa A S DE BRITO COMÉRCIO DE TINTAS E SERVIÇOS DE OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.278.134/0001-71, as militares a seguir:

[redacted]

Em consequência, a contar de 19 SET 25:
1. a Fiscal designada deve:
a. apresentar-se em até 5 (cinco) dias úteis à Fisc Adm e a SALC/Contratos para receber as orientações relativas ao contrato e a assinatura do livro registro;
b. apresentar o certificado do Estágio Setorial de Fiscal de Contratos a ser realizado no Portal de Educação (https://portaldeeducacao.eb.mil.br/academico/), em até 30 (trinta) dias úteis;
c. comunicar à Fisc Adm, a SALC e ao Gestor do Contrato, por meio de DIEx simplificado e com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, todo e qualquer afastamento prolongado do serviço (férias, licenças, dispensas, missões etc); e
d. inteirar-se das ordens e orientações publicadas no Boletim Interno nº 145, de 31 JUL 17, e de toda a legislação pertinente em vigor.
2. a Fiscal designada deve contatar a Fiscal destituída para tomar conhecimento de suas atribuições;
3. a Fiscal destituída permanece na função até o término do prazo de 30 (trinta) dias para a entrega do certificado da Fiscal designada, quando a designada assumirá a responsabilidade efetiva do contrato; e
4. a Fisc Adm, a SALC, a Conf Reg Gestão, as Fiscais de Contrato destituída e designada e os demais interessados tomem conhecimento e as providências administrativas decorrentes.

(Nota para BI nº 90.957, de 18 SET 25, da SALC)

f. ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO - Autorização

Autorizo abertura do processo de licitatório SRP com NUP nº 64581.012635/2025-13, visando a necessidade de Contratação de serviços continuados desinsetização, desratização e descupinização, dentre outros, deste Hospital Militar de Area de Manaus.

Designo como Pregoeiros:

[redacted]

[redacted]

Em consequência, a Fisc Adm, a SALC, os militares em tela e os demais interessados tomem conhecimento e as providências administrativas decorrentes.

(Nota para BI nº 90.976, de 19 SET 25, da SALC)

g. DIEx RECEBIDO - Transcrição

Esta OMS recebeu o DIEx nº 10312-Esc Sau/Cmdo 12ª RM - EB: 64321.020583/2025-10 - MANAUS-AM, 17 SET 25, do Chefe do Estado-Maior da 12ª Região Militar.

"Assunto: Mod Sau Op Atlas 2025.

Referência: DIEx nº 10019-Esc Sau/Cmdo 12ª RM, de 10 SET 25.

[redacted]

- Deslocamento MAO x BVA em 21 SET 25; previsão de retorno BVA x MAO em 12 OUT 25.

2. Para tratar do assunto vigente, disponibilizo o contato do Ten Cel DUARTE, Adj Esc Sau 12ª RM, por meio do telefone (92) 3659-1041.

Por ordem do Comandante da 12ª Região Militar.

[redacted]

Em consequência, a Div Pes, o SAME, a militar em tela e os demais interessados tomem conhecimento e as providências administrativas decorrentes.

(Nota para BI nº 90.964, de 19 SET 25, da Div Pes)

Esta OMS recebeu o DIEx nº 11918-A1.2/A1/GabCmtEx - EB: 64536.026114/2025-81 - MANAUS-AM, 18 SET 25, do Subchefe do Gabinete do Comandante do Exército.

[redacted]

2. Solicito que seja enviada à Assessoria de Pessoal deste Gabinete (A1), via DIEx, por meio físico, cópia da Ata de Inspeção de Saúde do Controle Periódico de Saúde, preferencialmente, ou inspeção de saúde para missão no exterior, conforme prescrevem as Normas Técnicas sobre Perícias Médicas no Exército, com validade que englobe o período total da missão à qual a militar foi designada. Atas de inspeção de saúde com outras finalidades não serão aceitas. Ressalte-se que as providências necessárias ao desdobramento da militar poderão ser prejudicadas, acarretando até o cancelamento da missão, caso a ata não dê entrada neste Gabinete com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação à data de desligamento ou adição à OM.

3. A militar designada deverá dirigir-se à 2ª Seção de sua OM a fim de receber as orientações de

d. EQUIPE DE PLANEJAMENTO - Nomeação

Nomeio para compor a EQUIPE DE PLANEJAMENTO do processo licitatório NUP 64581.012635/2025-13, a fim de ser realizada a Contratação de serviços continuados desinsetização, desratização e descupinização, dentre outros, do Hospital Militar de Area de Manaus:

[redacted]

Em consequência, a Div Pes, a SALC, os militares em tela e os demais interessados tomem conhecimento e as providências administrativas decorrentes.

(Nota para BI nº 90.978, de 19 SET 25, da SALC)

e. FISCAL DE CONTRATO - TERCEIRIZADOS - Destituição/Designação

Destituo e designo para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 15/2022 - H Mil A Manaus, pertinente à empresa A S DE BRITO COMÉRCIO DE TINTAS E SERVIÇOS DE OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.278.134/0001-71, as militares a seguir:

[redacted]

Em consequência, a contar de 19 SET 25:
1. a Fiscal designada deve:
a. apresentar-se em até 5 (cinco) dias úteis à Fisc Adm e a SALC/Contratos para receber as orientações relativas ao contrato e a assinatura do livro registro;
b. apresentar o certificado do Estágio Setorial de Fiscal de Contratos a ser realizado no Portal de Educação (https://portaldeeducacao.eb.mil.br/academico/), em até 30 (trinta) dias úteis;
c. comunicar à Fisc Adm, a SALC e ao Gestor do Contrato, por meio de DIEx simplificado e com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, todo e qualquer afastamento prolongado do serviço (férias, licenças, dispensas, missões etc); e
d. inteirar-se das ordens e orientações publicadas no Boletim Interno nº 145, de 31 JUL 17, e de toda a legislação pertinente em vigor.
2. a Fiscal designada deve contatar a Fiscal destituída para tomar conhecimento de suas atribuições;
3. a Fiscal destituída permanece na função até o término do prazo de 30 (trinta) dias para a entrega do certificado da Fiscal designada, quando a designada assumirá a responsabilidade efetiva do contrato; e
4. a Fisc Adm, a SALC, a Conf Reg Gestão, as Fiscais de Contrato destituída e designada e os demais interessados tomem conhecimento e as providências administrativas decorrentes.

(Nota para BI nº 90.957, de 18 SET 25, da SALC)

f. ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO - Autorização

Autorizo abertura do processo de licitatório SRP com NUP nº 64581.012635/2025-13, visando a necessidade de Contratação de serviços continuados desinsetização, desratização e descupinização, dentre outros, deste Hospital Militar de Area de Manaus.

[redacted]

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 001/2025 - Processo 64581.012635/2025-13

Em 25/09/2025 às 09:25, faço anexar ao presente processo 64581.012635/2025-13, o(s) documento(s): ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO.pdf, EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO.pdf.

[redacted]
Auxiliar da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos

2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

ELEFAR CONTROL LTDA

CNPJ: 38.278.903/0001-01

NIRE: 1320078399-9

[redacted]

[redacted]

Únicos sócios da sociedade empresária limitada que gira sob a denominação social de **ELEFAR CONTROL LTDA,** com sede na Avenida Ramos Ferreira nº 1971, loja 1 Bairro: Praça 14 de Janeiro CEP. 69.020-080 Manaus/AM, devidamente inscrita no CNPJ (MF) sob o Nº 38.278.903/0001-01 e com seu contrato social arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Amazonas sob nº 13200783999 em sessão de 30/08/2020, e alterações posteriores, resolvem de comum acordo alterar e em seguida consolidar seu contrato social de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DA SEDE

A partir deste ato a sociedade resolve alterar o endereço da sede para Rua Japurá nº 1154 Bairro: Praça 14 de Janeiro CEP. 69.020-180 Manaus/AM.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO SOCIAL

A sociedade passará a ter os seguintes objetos sociais:

8122-2/00 Imunização e controle de pragas urbanas;

8129-0/00 Atividades de limpeza não especificadas anteriormente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SAÍDA DE SÓCIO, CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

O sócio **Sr. DERALDO MACHADO DE ALMEIDA JUNIOR,** acima qualificado, retira-se da sociedade cedendo e transferindo a totalidade de suas quotas do capital social da sociedade,

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1326045 em 10/04/2023 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 230226361 - 06/04/2023. Autenticação: 80948C32B961F3C927ABB9C84CF43577B285C9A. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/022.636-1 e o código de segurança nDL2 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

ou seja, 10.002 (Dez mil e duas) quotas, no valor unitário de R$ 1,00 (Hum real) cada, totalizando R$ 10.002,00 (Dez mil e dois reais) aos sócios remanescentes, da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Ao sócio [redacted] cima qualificado, a quantia de 5.001 (Cinco mil e uma) quotas, no valor unitário de R$ 1,00 (Hum real) cada, totalizando R$ 5.001,00 (Cinco mil e um reais).

Parágrafo Segundo: Ao sóc[redacted]a qualificado, a quantia de 5.001 (Cinco mil e uma) quotas, no valor unitário de R$ 1,00 (Hum real) cada, totalizando R$ 5.001,00 (Cinco mil e um reais).

Parágrafo Terceiro: O [redacted] acima qualificado, declara haver recebido neste ato, a quantia de R$ R$ 10.002,00 (Dez mil e dois Reais), os quais representam todos os direitos e haveres perante a sociedade, das quotas transferidas, nada mais tendo a reclamar, seja a que título for dando plena, geral e rasa quitação.

CLÁUSULA QUARTA – DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social que é de 30.000,00 (Trinta mil reais), dividido em 30.000 (Trinta mil) quotas no valor unitário de R$ 1,00 (Hum real) cada, totalmente integralizadas em moeda corrente do País, permanece inalterado em seu valor e por força da cessão e transferência de quotas passa a ser distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR	%
[redacted]	15.000	15.000,00	50
	15.000	15.000,00	50
TOTAL	30.000	30.000,00	100

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social (**art. 1.052 da Lei 10.406/2002 CC**).

CLÁUSULA SEXTA – DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio; a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. O sócio que pretenda ceder ou transferir todas ou parte de suas quotas, deverá manifestar sua intenção por escrito ao outro sócio; assistindo a estes o prazo de até 30 (trinta) dias para que possa exercer o direito de preferência, além da possibilidade de utilizar *vesting* e contratos mútuos conversíveis em

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1326045 em 10/04/2023 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 230226361 - 06/04/2023. Autenticação: 80948C32B961F3C927ABB9C84CF43577B285C9A. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/022.636-1 e o código de segurança nDL2 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

quotas, desde que o sócio administrador tenha plena ciência com consentimento dos demais sócios.

Por fim, resolvem os sócios consolidar o Contrato Social, que, já refletindo as alterações acima aprovadas, bem como os necessários ajustes aos dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 CC, passa a vigorar com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

ELEFAR CONTROL LTDA

CNPJ: 38.278.903/0001-01

NIRE: 1320078399-9

Pelo presente instrumento os abaixo assinados:

[redacted]

Únicos sócios da sociedade empresária limitada que gira sob a denominação social de **ELEFAR CONTROL LTDA,** com sede na Rua Japurá nº 1154 Bairro: Praça 14 de Janeiro, CEP. 69.020-180 Manaus/AM, devidamente inscrita no CNPJ (MF) sob o Nº 38.278.903/0001-01 e com seu contrato social arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Amazonas sob nº 13200783999 em sessão de 30/08/2020, resolvem de comum acordo **CONSOLIDAR** o referido Contrato Social conforme cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E FILIAIS

A sociedade gira sob a denominação social de **ELEFAR CONTROL LTDA,** com sede na Rua Japurá nº 1154 Bairro: Praça 14 de Janeiro CEP. 69.020-180, Manaus/AM. Podendo, todavia, estabelecer filiais, agências ou sucursais em qualquer ponto do território nacional ou fora dele mediante alteração assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA SEGUNDA – INÍCIO DE ATIVIDADES, PRAZO DE DURAÇÃO E TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1326045 em 10/04/2023 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 230226361 - 06/04/2023. Autenticação: 80948C32B961F3C927ABB9C84CF43577B285C9A. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/022.636-1 e o código de segurança nDL2 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

A sociedade iniciou suas atividades em 23 de agosto de 2020 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado e encerrando-se seu exercício social em 31 de dezembro de cada ano.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO SOCIAL

A sociedade tem por objetivo:

8122-2/00 Imunização e controle de pragas urbanas;

8129-0/00 Atividades de limpeza não especificadas anteriormente.

CLÁUSULA QUARTA – DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de 30.000,00 (Trinta mil reais), dividido em 30.000 (Trinta mil) quotas no valor unitário de R$ 1,00 (Hum real) cada, totalmente integralizadas em moeda corrente do País, e distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR	%
[redacted]	15.000	15.000,00	50
[redacted]	15.000	15.000,00	50
TOTAL	30.000	30.000,00	100

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. **(Art. 1.052 da Lei 10.406/2002 CC**).

CLÁUSULA SEXTA – DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio; a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. O sócio que pretenda ceder ou transferir todas ou parte de suas quotas, deverá manifestar sua intenção por escrito ao outro sócio; assistindo a estes o prazo de até 30 (trinta) dias para que possa exercer o direito de preferência, além da possibilidade de utilizar *vesting* e contratos mútuos conversíveis em quotas, desde que o sócio administrador tenha plena ciência com consentimento dos demais sócios.

CLÁUSULA SETIMA – DA ADMINISTRAÇÃO E USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A administração da sociedade será exercida pelo sócio **Sr. RAFAEL MARQUES DA SILVA**, acima qualificado, isoladamente, com os poderes e atribuições de assinar todos e quaisquer documentos de interesse social, autorizado o uso de nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1326045 em 10/04/2023 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 230226361 - 06/04/2023. Autenticação: 80948C32B961F3C927ABB9C84CF43577B285C9A. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/022.636-1 e o código de segurança nDL2 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização de todos os sócios. **(Artigos 997, VI; 1.013, 1.015 e 1.064, da Lei 10.406/2002 CC).**

Parágrafo único: Fica facultado ao administrador, nomear procuradores, para um período determinado que nunca poderá exceder a um ano, devendo o instrumento de procuração especificar os atos e serem praticados pelos procuradores assim nomeados.

CLÁUSULA OITAVA – DA RETIRADA DE PRÓ-LABORE

Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de *Pró-Labore*, observadas as disposições regulamentares pertinentes, bem como retiradas a título de antecipação de lucros.

CLÁUSULA NONA – DO DESIMPEDIMENTO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (**Artigo 1.011, § 1º, da Lei 10.406/2002 CC).**

Parágrafo Único: Os casos omissos serão resolvidos pela aplicação dos dispositivos do Código Civil brasileiro e, subsidiariamente, pela Lei das Sociedades Anônimas, sem prejuízo das disposições supervenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO BALANÇO PATRIMONIAL LUCROS E/OU PREJUÍZOS

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventario, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas. Nos quatros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso. **(Artigos 1065 e 1078 da Lei 10.406/2002 CC).**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FALECIMENTO OU INCAPACIDADE SUPERVENIENTE

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1326045 em 10/04/2023 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 230226361 - 06/04/2023. Autenticação: 80948C32B961F3C927ABB9C84CF43577B285C9A. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/022.636-1 e o código de segurança nDL2 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

Parágrafo Primeiro: Caso não venham os herdeiros a integrar a sociedade, estes receberão seus haveres em moeda corrente, apurados até a data do impedimento ou falecimento, em 10 (dez) prestações mensais e sucessivas, corrigidas monetariamente pelo IGP-M (FGV), ou outro índice que o venha substituir, vencendo-se a primeira parcela após 30 (trinta) dias da data do balanço especial.
Parágrafo Segundo: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Manaus para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E, estando assim justos e contratados assinam este instrumento contratual, de igual forma e teor.

Manaus/AM, 03 de abril de 2023

Assinatura Digital

[redacted]**LVA**

Assinatura Digital

[redacted]

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1326045 em 10/04/2023 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 230226361 - 06/04/2023. Autenticação: 80948C32B961F3C927ABB9C84CF43577B285C9A. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/022.636-1 e o código de segurança nDL2 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/022.636-1	AMP2300041500	05/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		05/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		
[redacted]		05/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Balcão Denatran		
[redacted]		05/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1326045 em 10/04/2023 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 230226361 - 06/04/2023. Autenticação: 80948C32B961F3C927ABB9C84CF43577B285C9A. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/022.636-1 e o código de segurança nDL2 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ELEFAR CONTROL LTDA, de CNPJ 38.278.903/0001-01 e protocolado sob o número 23/022.636-1 em 06/04/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1326045, em 10/04/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Aurian Maria Sales Caldeira.
Certifica o registro, o Secretário-Geral, Eylan Manoel da Silva Lins. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF Nome	Data Assinatura
[redacted]	05/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Balcão Denatran	
[redacted]	05/04/2023
Selo Ouro - Certificado Digital	
[redacted]	05/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital	

Documento Principal

Assinante(s)	
[redacted]	Data Assinatura
	05/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Balcão Denatran	
[redacted]	05/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital	
[redacted]	05/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital	

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 03/04/2023

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 23/022.636-1.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1326045 em 10/04/2023 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 230226361 - 06/04/2023. Autenticação: 80948C32B961F3C927ABB9C84CF43577B285C9A. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/022.636-1 e o código de segurança nDL2 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/04/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **ELEFAR CONTROL LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 38.278.903/0001-01, estabelecida na Rua Japurá, nº 1154 – Praça 14 de Janeiro, Manaus/AM, **prestou serviços de desratização, desinsetização, descupinização**, nesta empresa **TAPAJÓS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, durante o período de 01/07/2025 a 30/06/2026.

Registramos que os serviços foram executados de forma satisfatória, atendendo às exigências contratuais e técnicas, demonstrando qualidade, eficiência e profissionalismo.

Nada consta até a presente data que desabone a conduta técnica e comercial da empresa ELEFAR CONTROL LTDA.

Manaus, 18 de agosto de 2025.

[redacted]

Tapajós Comércio de Medicamentos Ltda

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **ELEFAR CONTROL LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 38.278.903/0001-01, estabelecida na Rua Japurá, nº 1154 – Praça 14 de Janeiro, Manaus/AM, **prestou serviços de desratização, desinsetização, descupinização**, nesta empresa **TAPAJÓS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, durante o período de 01/07/2025 a 30/06/2026.

Registramos que os serviços foram executados de forma satisfatória, atendendo às exigências contratuais e técnicas, demonstrando qualidade, eficiência e profissionalismo.

Nada consta até a presente data que desabone a conduta técnica e comercial da empresa ELEFAR CONTROL LTDA.

Manaus, 18 de agosto de 2025.

[redacted]

Tapajós Comercio de Medicamentos Ltda

Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência,

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13200783999	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: ELEFAR CONTROL LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

AME2500157237

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	223			BALANCO

MANAUS
Local

26 Setembro 2025
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1806086 em 29/09/2025 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 250683873 - 25/09/2025. Autenticação: C23C8ABBCF2A8E9729A6FCB7B5680F315444A6A. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/068.387-3 e o código de segurança eSZq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/068.387-3	AME2500157237	23/09/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		29/09/2025 09:57:39
[redacted]		29/09/2025 09:17:09
[redacted]		29/09/2025 08:45:54
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1806086 em 29/09/2025 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 250683873 - 25/09/2025. Autenticação: C23C8ABBCF2A8E9729A6FCB7B5680F315444A6A. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/068.387-3 e o código de segurança eSZq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

BALANÇO PATRIMONIAL
01/01/2023 a 31/12/2023

ELEFAR CONTROL LTDA
NIRE Nº 1320078399-9 - Registrado em 30/08/2020 - CNPJ Nº 38.278.903/0001-01
R. Japurá, nº 1154 - Praça 14 de Janeiro, Manaus - AM, 69.020-180

MANAUS-AMAZONAS

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1806086 em 29/09/2025 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 250683873 - 25/09/2025. Autenticação: C23C8ABBCF2A8E9729A6FCB7B5680F315444A6A. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/068.387-3 e o código de segurança eSZq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

ELEFAR CONTROL LTDA

NIRE Nº 1320078399-9 - Registrado em 30/08/2020 - CNPJ Nº 38.278.903/0001-01
R. Japurá, nº 1154 - Praça 14 de Janeiro, Manaus - AM, 69.020-180

BALANÇO PATRIMONIAL

01/01/2023 a 31/12/2023

ATIVO	R$	38.461,15	PASSIVO	R$	38.461,15
ATIVO CIRCULANTE	**R$**	**17.461,15**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**R$**	**1.986,35**
DISPONIBILIDADES	**R$**	**3.260,35**	**EMPRESTIMOS BANCARIOS**	**R$**	**-**
CAIXA	R$	2.780,00	BANCO CAIXA E. F.	R$	-
BANCO	R$	480,35	FORNECEDORES	R$	-
CONTAS A RECEBER	**R$**	**14.200,80**			
CLIENTES	R$	14.200,80	**OBRIGACOES TRIBUTARIAS**	**R$**	**1.986,35**
			IMPOSTOS	R$	1.986,35
ATIVO NAO CIRCULANTE	**R$**	**21.000,00**			
			OBRIGACOES E ENCARGOS SOCIAIS		
			SALARIOS A PAGAR	R$	-
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	**R$**	**-**	PREVIDENCIA SOCIAL	R$	-
			FGTS A RECOLHER	R$	-
CREDITO SOCIOS E ACIONISTAS	**R$**	**-**			
	R$	-	**PATRIMONIO LIQUIDO**	**R$**	**36.474,80**
IMOBILIZADO	**R$**	**21.000,00**	**CAPITAL SOCIAL**	**R$**	**30.000,00**
TERRENO	R$	-	Rafael Marques da Silva	R$	15.000,00
VEÍCULOS	R$	16.000,00	Rafael Castro Araújo	R$	15.000,00
MOVEIS E UTENSILIOS	R$	5.000,00			
CONSTRUCOES E BENFEITORIAS	R$	-			
			LUCROS	**R$**	**6.474,80**
			LUCROS DO EXERCÍCIO	R$	6.474,80
(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	**R$**	**-**			
(-) DEP VEICULOS	R$	-			
(-) DEP MOVEIS E UTENSILIOS	R$	-			
(-) DEP CONSTRUCOES E BENFEITORIAS	R$	-			
TOTAL ATIVO	**R$**	**38.461,15**	**TOTAL PASSIVO**	**R$**	**38.461,15**

Manaus/AM, 31 de dezembro de 2023

[redacted]

[redacted]

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1806086 em 29/09/2025 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 250683873 - 25/09/2025. Autenticação: C23C8ABBCF2A8E9729A6FCB7B5680F315444A6A. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/068.387-3 e o código de segurança eSZq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

ELEFAR CONTROL LTDA
NIRE Nº 1320078399-9 - Registrado em 30/08/2020 - CNPJ Nº 38.278.903/0001-01
R. Japurá, nº 1154 - Praça 14 de Janeiro, Manaus - AM, 69.020-180

DRE - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
01/01/2023 a 31/12/2023

RECEITABRUTA	**R$**	**199.309,47**
RECEITA DE SERVIÇOS	R$	199.309,47
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
(-) Simples Nacional	R$	7.644,55
(-) Vendas canceladas	R$	-
(=) RECEITA LIQUIDA	**R$**	**191.664,92**
(-) CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
CSP	R$	20.987,32
(=) LUCRO BRUTO	**R$**	**170.677,60**
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	**R$**	**164.202,80**
DESPESAS COM PESSOAL	R$	48.000,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R$	110.986,41
DESPESAS FINANCEIRAS	R$	5.216,39
DEPRECIACOES	R$	-
(=) RESULTADO OPERACIONAL	**R$**	**6.474,80**
(+/-) RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**R$**	**-**
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO	**R$**	**6.474,80**

Manaus/AM, 31 de dezembro de 2023

[redacted]

[redacted]

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1806086 em 29/09/2025 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 250683873 - 25/09/2025. Autenticação: C23C8ABBCF2A8E9729A6FCB7B5680F315444A6A. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/068.387-3 e o código de segurança eSZq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

ELEFAR CONTROL LTDA

NIRE Nº 1320078399-9 - Registrado em 30/08/2020 - CNPJ Nº 38.278.903/0001-01
R. Japurá, nº 1154 - Praça 14 de Janeiro, Manaus - AM, 69.020-180

INDICES DE LIQUIDEZ

01/01/2023 a 31/12/2023

LIQUIDEZ CORRENTE:	ATIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE	=	8,79
LIQUIDEZ IMEDIATA:	DISPONÍVEL / PASSIVO CIRCULANTE	=	1,64
LIQUIDEZ SECA:	(ATIVO CIRCULANTE - ESTOQUE) / PASSIVO CIRCULANTE	=	8,79
LIQUIDEZ GERAL:	AC + REALIZAVÉL A LONGO PRAZO / PC + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	=	8,79
SOLVÊNCIA GERAL:	ATIVO TOTAL / PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE	=	19,36

Manaus/AM, 31 de dezembro de 2023

[redacted]

[redacted]

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1806086 em 29/09/2025 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 250683873 - 25/09/2025. Autenticação: C23C8ABBCF2A8E9729A6FCB7B5680F315444A6A. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/068.387-3 e o código de segurança eSZq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/068.387-3	AME2500157237	23/09/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		29/09/2025 09:57:38
Assinado utilizando assinatura qualificada		
[redacted]		29/09/2025 09:17:09
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
[redacted]		29/09/2025 08:45:54
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1806086 em 29/09/2025 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 250683873 - 25/09/2025. Autenticação: C23C8ABBCF2A8E9729A6FCB7B5680F315444A6A. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/068.387-3 e o código de segurança eSZq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

MODELO II
(INTEGRA A IN/DREI N. 81/2020 E A IN/DREI N. 82/2021)

DECLARAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE BALANÇO COMO DOCUMENTO DE INTERESSE (APÓS APROVAÇÃO DAS CONTAS DO TITULAR/ADMINISTRADOR E ANTES DA AUTENTICAÇÃO DO LIVRO)

Pelo presente instrumento eletrônico, os abaixo qualificados:

I. [redacted]
contrato ou requerimento de empresário;

II. [redacted]

III. [redacted]

APRESENTAM a registro, como documento de interesse, da via única do Balanço Patrimonial ou Balanço de Resultado Econômico, referente ao exercício de 2023; e

DECLARAM, sob as penas da lei, que:

1. As informações cadastrais constantes neste ato são verdadeiras e poderão ser consultadas perante a Junta Comercial do Amazonas;
2. Foram observadas as disposições contidas no art. 10-B da Instrução Normativa DREI nº 81/2020 e no § 2º do art. 2º da Instrução Normativa DREI nº 82/2021;
3. conteúdo refletido do balanço ora apresentado a registro foi aprovado pelo titular/administrador.

Reconhecem que a falsidade de qualquer das informações declaradas poderá ensejar responsabilização civil, administrativa e penal dos signatários, nos termos da legislação vigente, incluindo os artigos 299 e 304 do Código Penal Brasileiro, além das sanções previstas nas normas societárias, contábeis e tributárias.

Esta declaração será assinada eletronicamente, com **validade jurídica plena**, por meio de qualquer plataforma de assinatura eletrônica **legalmente reconhecida no Brasil**, como o **Portal Gov.br** (contas com **selo prata ou ouro**, com validação garantida pelo governo federal), ou pelos **portais de assinatura eletrônica das Autoridades Certificadoras (AR) credenciadas pela ICP-Brasil**, utilizando certificados digitais emitidos conforme os requisitos legais, nos termos da Medida **Provisória nº 2.200-2/2001**, do **Decreto nº 10.543/2020**, da **Lei nº 14.063/2020** e demais dispositivos aplicáveis.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1806086 em 29/09/2025 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 250683873 - 25/09/2025. Autenticação: C23C8ABBCF2A8E9729A6FCB7B5680F315444A6A. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/068.387-3 e o código de segurança eSZq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam eletronicamente a presente Declaração, para que produza todos os seus efeitos legais.

Manaus, 26 de setembro de 2025

[redacted]
Cargo: Sócio Administrador

[redacted]
Cargo: Sócio

[redacted]
Cargo: Contador – CRC: AM015496/O

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1806086 em 29/09/2025 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 250683873 - 25/09/2025. Autenticação: C23C8ABBCF2A8E9729A6FCB7B5680F315444A6A. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/068.387-3 e o código de segurança eSZq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/068.387-3	AME2500157237	23/09/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		29/09/2025 09:57:39
Assinado utilizando assinatura qualificada		
[redacted]		29/09/2025 09:17:09
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
[redacted]		29/09/2025 08:45:54
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1806086 em 29/09/2025 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 250683873 - 25/09/2025. Autenticação: C23C8ABBCF2A8E9729A6FCB7B5680F315444A6A. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/068.387-3 e o código de segurança eSZq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ELEFAR CONTROL LTDA, de CNPJ 38.278.903/0001-01 e protocolado sob o número 25/068.387-3 em 25/09/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1806086, em 29/09/2025. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Michelly Ferreira de Andrade.
Certifica o registro, a Secretária-Geral, Márcia Lopes Perez. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		29/09/2025 08:57:39
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC CONSULTI BRASIL RFB	
[redacted]		29/09/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas	gov.br ITI	
[redacted]		29/09/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas	gov.br ITI	

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		29/09/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas	gov.br ITI	
[redacted]		29/09/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas	gov.br ITI	
[redacted]		29/09/2025 08:57:38
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC CONSULTI BRASIL RFB	

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		29/09/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas	gov.br ITI	
[redacted]		29/09/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas	gov.br ITI	
[redacted]		29/09/2025 08:57:39
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC CONSULTI BRASIL RFB	

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 25/068.387-3.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 29/09/2025

Documento assinado eletronicamente por Michelly Ferreira de Andrade, Servidor(a) Público(a), em 29/09/2025, às 11:47.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 25/068.387-3.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	

Manaus. segunda-feira, 29 de setembro de 2025

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1806086 em 29/09/2025 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 250683873 - 25/09/2025. Autenticação: C23C8ABBCF2A8E9729A6FCB7B5680F315444A6A. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/068.387-3 e o código de segurança eSZq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência,

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13200783999	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: ELEFAR CONTROL LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

AME2500157259

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	223			BALANCO

MANAUS
Local

26 Setembro 2025
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1806009 em 29/09/2025 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 250683911 - 25/09/2025. Autenticação: CBD4DE123541982BFD74759F62A7B66E7155F1B. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/068.391-1 e o código de segurança M0hY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/10/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/068.391-1	AME2500157259	23/09/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		29/09/2025 10:19:05
Assinado utilizando assinatura qualificada		
[redacted]		29/09/2025 09:17:55
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
[redacted]		29/09/2025 08:47:14
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1806009 em 29/09/2025 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 250683911 - 25/09/2025. Autenticação: CBD4DE123541982BFD74759F62A7B66E7155F1B. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/068.391-1 e o código de segurança M0hY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/10/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

BALANÇO PATRIMONIAL
01/01/2024 a 31/12/2024

ELEFAR CONTROL LTDA
NIRE Nº 1320078399-9 - Registrado em 30/08/2020 - CNPJ Nº 38.278.903/0001-01
R. Japurá, nº 1154 - Praça 14 de Janeiro, Manaus - AM, 69.020-180

MANAUS-AMAZONAS

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1806009 em 29/09/2025 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 250683911 - 25/09/2025. Autenticação: CBD4DE123541982BFD74759F62A7B66E7155F1B. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/068.391-1 e o código de segurança M0hY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/10/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

ELEFAR CONTROL LTDA
NIRE Nº 1320078399-9 - Registrado em 30/08/2020 - CNPJ Nº 38.278.903/0001-01
R. Japurá, nº 1154 - Praça 14 de Janeiro, Manaus - AM, 69.020-180

BALANÇO PATRIMONIAL
01/01/2024 a 31/12/2024

ATIVO	R$	57.119,70	PASSIVO	R$	57.119,70
ATIVO CIRCULANTE	**R$**	**22.119,70**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**R$**	**1.119,50**
DISPONIBILIDADES	**R$**	**5.306,04**	**EMPRESTIMOS BANCARIOS**	**R$**	**-**
CAIXA	R$	2.780,00	BANCO CAIXA E. F.	R$	-
BANCO	R$	2.526,04	FORNECEDORES	R$	-
CONTAS A RECEBER	**R$**	**16.813,66**			
CLIENTES	R$	16.813,66	**OBRIGACOES TRIBUTARIAS**	**R$**	**1.119,50**
			IMPOSTOS	R$	1.119,50
ATIVO NAO CIRCULANTE	**R$**	**35.000,00**			
			OBRIGACOES E ENCARGOS SOCIAIS		
			SALARIOS A PAGAR	R$	-
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	**R$**	**-**	PREVIDENCIA SOCIAL	R$	-
			FGTS A RECOLHER	R$	-
CREDITO SOCIOS E ACIONISTAS	**R$**	**-**			
	R$	-	**PATRIMONIO LIQUIDO**	**R$**	**56.000,20**
IMOBILIZADO	**R$**	**35.000,00**	**CAPITAL SOCIAL**	**R$**	**30.000,00**
TERRENO	R$	-	Rafael Marques da Silva	R$	15.000,00
VEÍCULOS	R$	30.000,00	Rafael Castro Araújo	R$	15.000,00
MOVEIS E UTENSILIOS	R$	5.000,00			
CONSTRUCOES E BENFEITORIAS	R$	-			
			LUCROS	**R$**	**26.000,20**
			LUCROS LUCRO DO EXERCÍCIO	R$	22.000,20
(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	**R$**	**-**	LUCROS ACUMULADOS	R$	4.000,00
(-) DEP VEICULOS	R$	-			
(-) DEP MOVEIS E UTENSILIOS	R$	-			
(-) DEP CONSTRUCOES E BENFEITORIAS	R$	-			
TOTAL ATIVO	**R$**	**57.119,70**	**TOTAL PASSIVO**	**R$**	**57.119,70**

Manaus/AM, 31 de dezembro de 2024

[redacted]

[redacted]

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1806009 em 29/09/2025 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 250683911 - 25/09/2025. Autenticação: CBD4DE123541982BFD74759F62A7B66E7155F1B. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/068.391-1 e o código de segurança M0hY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/10/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

ELEFAR CONTROL LTDA
NIRE Nº 1320078399-9 - Registrado em 30/08/2020 - CNPJ Nº 38.278.903/0001-01
R. Japurá, nº 1154 - Praça 14 de Janeiro, Manaus - AM, 69.020-180

DRE - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
01/01/2024 a 31/12/2024

RECEITABRUTA	**R$**	**258.292,55**
RECEITA DE SERVIÇOS	R$	258.292,55
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
(-) Simples Nacional	R$	11.197,97
(-) Vendas canceladas	R$	-
(=) RECEITA LIQUIDA	**R$**	**247.094,58**
(-) CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
CSP	R$	5.768,15
(=) LUCRO BRUTO	**R$**	**241.326,43**
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	**R$**	**219.326,23**
DESPESAS COM PESSOAL	R$	46.110,21
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R$	168.230,18
DESPESAS FINANCEIRAS	R$	4.985,84
DEPRECIACOES	R$	-
(=) RESULTADO OPERACIONAL	**R$**	**22.000,20**
(+/-) RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**R$**	**-**
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO	**R$**	**22.000,20**

Manaus/AM, 31 de dezembro de 2024

[redacted]

[redacted]

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1806009 em 29/09/2025 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 250683911 - 25/09/2025. Autenticação: CBD4DE123541982BFD74759F62A7B66E7155F1B. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/068.391-1 e o código de segurança M0hY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/10/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

ELEFAR CONTROL LTDA

NIRE Nº 1320078399-9 - Registrado em 30/08/2020 - CNPJ Nº 38.278.903/0001-01
R. Japurá, nº 1154 - Praça 14 de Janeiro, Manaus - AM, 69.020-180

INDICES DE LIQUIDEZ

01/01/2024 a 31/12/2024

LIQUIDEZ CORRENTE:	**ATIVO CIRCULANTE** / **PASSIVO CIRCULANTE**	=	19,76
LIQUIDEZ IMEDIATA:	**DISPONÍVEL** / **PASSIVO CIRCULANTE**	=	4,74
LIQUIDEZ SECA:	**(ATIVO CIRCULANTE - ESTOQUE)** / **PASSIVO CIRCULANTE**	=	19,76
LIQUIDEZ GERAL:	**AC + REALIZAVÉL A LONGO PRAZO** / **PC + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**	=	19,76
SOLVÊNCIA GERAL:	**ATIVO TOTAL** / **PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	=	51,02

Manaus/AM, 31 de dezembro de 2024

[redacted]

[redacted]

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1806009 em 29/09/2025 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 250683911 - 25/09/2025. Autenticação: CBD4DE123541982BFD74759F62A7B66E7155F1B. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/068.391-1 e o código de segurança M0hY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/10/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/068.391-1	AME2500157259	23/09/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		29/09/2025 10:19:05
Assinado utilizando assinatura qualificada		
[redacted]		29/09/2025 09:17:55
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
[redacted]		29/09/2025 08:47:14
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1806009 em 29/09/2025 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 250683911 - 25/09/2025. Autenticação: CBD4DE123541982BFD74759F62A7B66E7155F1B. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/068.391-1 e o código de segurança M0hY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/10/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

MODELO II
(INTEGRA A IN/DREI N. 81/2020 E A IN/DREI N. 82/2021)

DECLARAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE BALANÇO COMO DOCUMENTO DE INTERESSE (APÓS APROVAÇÃO DAS CONTAS DO TITULAR/ADMINISTRADOR E ANTES DA AUTENTICAÇÃO DO LIVRO)

Pelo presente instrumento eletrônico, os abaixo qualificados:

I. [redacted]
contrato ou requerimento de empresário;

II. [redacted]

III. [redacted]

APRESENTAM a registro, como documento de interesse, da via única do Balanço Patrimonial ou Balanço de Resultado Econômico, referente ao exercício de 2024; e

DECLARAM, sob as penas da lei, que:

1. As informações cadastrais constantes neste ato são verdadeiras e poderão ser consultadas perante a Junta Comercial do Amazonas;
2. Foram observadas as disposições contidas no art. 10-B da Instrução Normativa DREI nº 81/2020 e no § 2º do art. 2º da Instrução Normativa DREI nº 82/2021;
3. conteúdo refletido do balanço ora apresentado a registro foi aprovado pelo titular/administrador.

Reconhecem que a falsidade de qualquer das informações declaradas poderá ensejar responsabilização civil, administrativa e penal dos signatários, nos termos da legislação vigente, incluindo os artigos 299 e 304 do Código Penal Brasileiro, além das sanções previstas nas normas societárias, contábeis e tributárias.

Esta declaração será assinada eletronicamente, com **validade jurídica plena**, por meio de qualquer plataforma de assinatura eletrônica **legalmente reconhecida no Brasil**, como o **Portal Gov.br** (contas com **selo prata ou ouro**, com validação garantida pelo governo federal), ou pelos **portais de assinatura eletrônica das Autoridades Certificadoras (AR) credenciadas pela ICP-Brasil**, utilizando certificados digitais emitidos conforme os requisitos legais, nos termos da Medida **Provisória nº 2.200-2/2001**, do **Decreto nº 10.543/2020**, da **Lei nº 14.063/2020** e demais dispositivos aplicáveis.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1806009 em 29/09/2025 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 250683911 - 25/09/2025. Autenticação: CBD4DE123541982BFD74759F62A7B66E7155F1B. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/068.391-1 e o código de segurança M0hY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/10/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam eletronicamente a presente Declaração, para que produza todos os seus efeitos legais.

Manaus, 26 de setembro de 2025

[redacted]

[redacted]

[redacted]

Cargo: Contador – CRC: AM015496/O

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1806009 em 29/09/2025 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 250683911 - 25/09/2025. Autenticação: CBD4DE123541982BFD74759F62A7B66E7155F1B. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/068.391-1 e o código de segurança M0hY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/10/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/068.391-1	AME2500157259	23/09/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		29/09/2025 10:19:05
Assinado utilizando assinatura qualificada		
[redacted]		29/09/2025 09:17:55
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
[redacted]		29/09/2025 08:47:14
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1806009 em 29/09/2025 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 250683911 - 25/09/2025. Autenticação: CBD4DE123541982BFD74759F62A7B66E7155F1B. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/068.391-1 e o código de segurança M0hY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/10/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ELEFAR CONTROL LTDA, de CNPJ 38.278.903/0001-01 e protocolado sob o número 25/068.391-1 em 25/09/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1806009, em 29/09/2025. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Andreia Liane C de Andrade.
Certifica o registro, a Secretária-Geral, Márcia Lopes Perez. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		29/09/2025 09:19:05
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC CONSULTI BRASIL RFB	
[redacted]		29/09/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas	gov.br ITI	
[redacted]		29/09/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas	gov.br ITI	

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		29/09/2025 09:19:05
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC CONSULTI BRASIL RFB	
[redacted]		29/09/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas	gov.br ITI	
[redacted]		29/09/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas	gov.br ITI	

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		29/09/2025 09:19:05
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC CONSULTI BRASIL RFB	
[redacted]		29/09/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas	gov.br ITI	
[redacted]		29/09/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas	gov.br ITI	

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 25/068.391-1.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 29/09/2025

Documento assinado eletronicamente por Andreia Liane C de Andrade, Servidor(a) Público(a), em 29/09/2025, às 09:22.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 25/068.391-1.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1806009 em 29/09/2025 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 250683911 - 25/09/2025. Autenticação: CBD4DE123541982BFD74759F62A7B66E7155F1B. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/068.391-1 e o código de segurança M0hY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/10/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	

Manaus. segunda-feira, 29 de setembro de 2025

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1806009 em 29/09/2025 da Empresa ELEFAR CONTROL LTDA, CNPJ 38278903000101 e protocolo 250683911 - 25/09/2025. Autenticação: CBD4DE123541982BFD74759F62A7B66E7155F1B. Márcia Lopes Perez - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 25/068.391-1 e o código de segurança M0hY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/10/2025 por Márcia Lopes Perez Secretária-Geral.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **ELEFAR CONTROL LTDA**

CPF/CNPJ: **38.278.903/0001-01**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:15:39 do dia 20/10/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5

Código de controle da certidão: MLOA201025101539

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

P O D E R J U D I C I Á R I O

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comarca de Manaus

C E R T I D Ã O E S T A D U A L D E D I S T R I B U I Ç Ã O

FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

CERTIDÃO Nº: 008850951 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Pesquisando os registros de distribuição de feitos no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no período de 20 anos anteriores a data de 16/10/2025, Certifico NADA CONSTAR em nome de:

ELEFAR CONTROL LTDA, vinculado ao CNPJ: 38.278.903/0001-01. ********

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Manaus, sexta-feira, 17 de outubro de 2025.

PEDIDO N°: ***0008850951***

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 38.278.903/0001-01

Razão Social: ELEFAR CONTROL LTDA

Endereço: R JAPURA 1154 LOJA 1 / PRACA 14 DE JANEIRO / MANAUS / AM / 69020-180

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:15/10/2025 a 13/11/2025

Certificação Número: 2025101503005548062352

Informação obtida em 17/10/2025 15:18:34

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PREFEITURA DE MANAUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E CONTROLE INTERNO - SEMEF

CND Nº

180273/2025

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

CONTRIBUINTE : **ELEFAR CONTROL LTDA**
ENDEREÇO : **RUA JAPURÁ, Nº: 1154, CEP: 69.020-180**
BAIRRO : **PRAÇA 14 DE JANEIRO** COMPLEMENTO: **,**
INSCRIÇÃO MUNICIPAL : **47608701**
CNPJ/CPF : **38278903000101**

Declara-se para os devidos fins que, em nome do sujeito passivo, NÃO CONSTAM DÉBITOS lançados relativo a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

27/06/2025

Tributos

***** NÃO CONSTAM DÉBITOS VENCIDOS *****
***** NÃO HÁ DÉBITOS VINCENDOS *****

****
****
****
****
****
****
****
****

Certidão expedida com base no Decreto nº. 7007/2003 c/c Dec. 883/2011

VÁLIDA ATÉ 24/12/2025

A FAZENDA MUNICIPAL PODERÁ COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE CONSTATADAS, MESMO REFERENTES A PERÍODOS NESTA CERTIDÃO COMPREENDIDOS.

VALIDAÇÃO

CND N°180273/2025

Para comprovar a veracidade desta certidão, utilize o QR CODE ou visite o Portal de Informações e Serviços SEMEF ATENDE (http://semefatende.manaus.am.gov.br/) e infome a chave de validação **6D2.754.328.7D8**. A Certidão emitida abrange todos os cadastros inscritos no Município de Manaus no CNPJ/CPF do contribuinte acima qualificado.
Cadastrado em: 27/06/2025

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ELEFAR CONTROL LTDA
CNPJ: 38.278.903/0001-01

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:26:48 do dia 05/09/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 04/03/2026.
Código de controle da certidão: **BC0F.B874.BF35.FD23**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

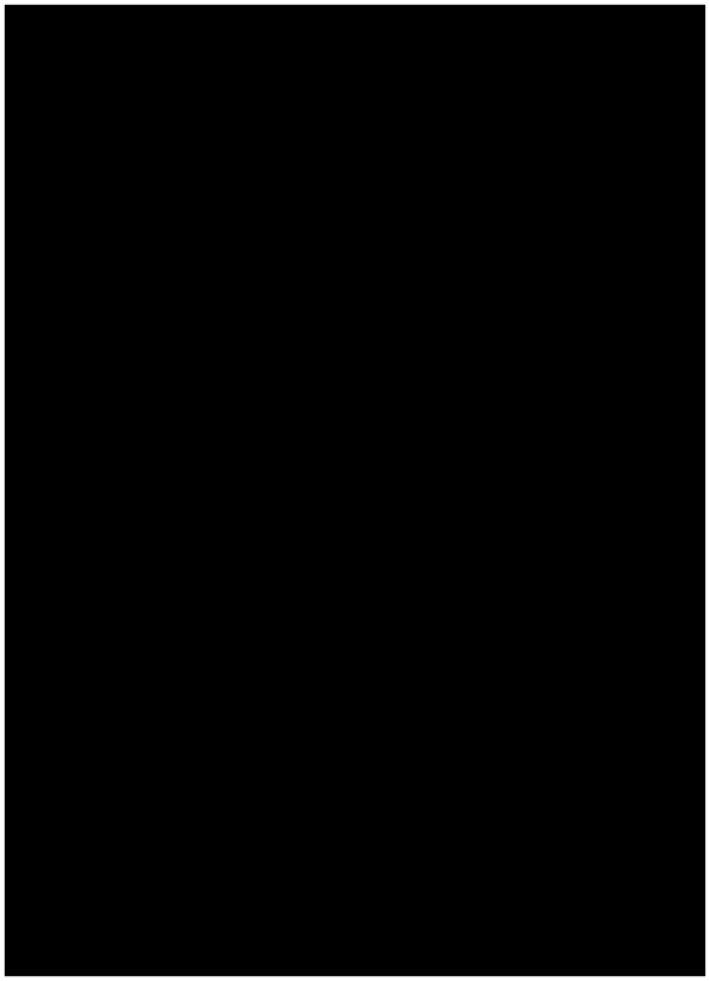
Nome: ELEFAR CONTROL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 38.278.903/0001-01
Certidão nº: 57079075/2025
Expedição: 25/09/2025, às 13:07:04
Validade: 24/03/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ELEFAR CONTROL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **38.278.903/0001-01**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

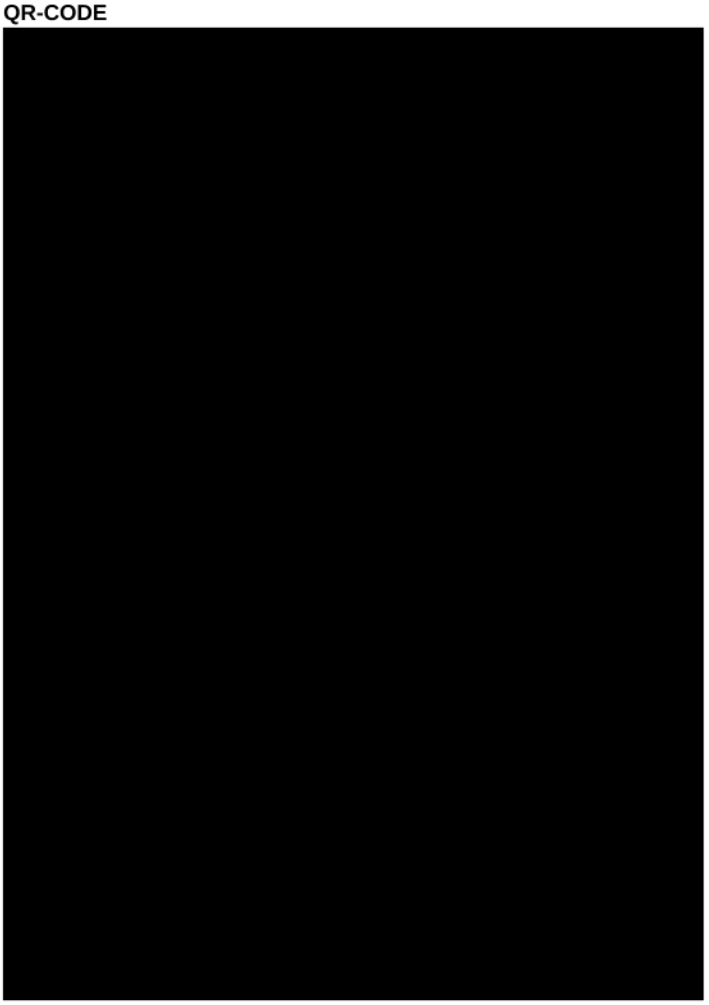
INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
38.278.903/0001-01 **MATRIZ**		**30/08/2020**

NOME EMPRESARIAL
ELEFAR CONTROL LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
ELEFAR SAUDE AMBIENTAL	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R JAPURA	**1154**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.020-180	**PRACA 14 DE JANEIRO**	**MANAUS**	**AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
RAFAEL.CONTATO@OUTLOOK.COM	**(92) 9484-5086**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**30/08/2020**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **22/09/2023** às **08:47:59** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ: **38.278.903/0001-01**
Razão Social: **ELEFAR CONTROL LTDA**
Nome Fantasia: **ELEFAR SAUDE AMBIENTAL**
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: **38.278.903/0001-01**
Razão Social: **ELEFAR CONTROL LTDA**
Nome Fantasia: **ELEFAR SAUDE AMBIENTAL**
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**38.278.903/0001-01**
Razão Social:	**ELEFAR CONTROL LTDA**
Nome Fantasia:	**ELEFAR SAUDE AMBIENTAL**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**

Nenhum registro de Ocorrência Impeditiva Indireta encontrado para o fornecedor.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**38.278.903/0001-01**
Razão Social:	**ELEFAR CONTROL LTDA**
Nome Fantasia:	**ELEFAR SAUDE AMBIENTAL**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **12/05/2026**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**04/03/2026**	**Automática**
FGTS		Validade:	**25/10/2025**	**Automática**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**25/03/2026**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**26/10/2025**
Receita Municipal	Validade:	**24/12/2025**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/06/2026**

Av Ramos Ferreira, 1971
Praça 14 de Janeiro - Manaus-AM
(92) 9 9511-7987
elefar@elefar.com.br
www.elefar.com.br

DECLARAÇÕES DA PROPONENTE

A empresa ELEFAR CONTROL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 38.278.903/0001-01, sediada na Rua Japurá, nº 1154 – Praça 14 de Janeiro – Manaus/AM – CEP 69020-180, DECLARA que:

a) Nos valores apresentados nesta proposta estão incluídas todas as despesas necessárias à perfeita execução dos serviços licitados, tais como: mão de obra especializada, Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), uniformes, treinamentos e reciclagens periódicas, materiais de consumo e reposição, equipamentos, ferramentas, deslocamentos, encargos sociais e trabalhistas, impostos, taxas, transporte de pessoal e materiais ao local da execução, destinação ambientalmente adequada dos resíduos e quaisquer outros custos indispensáveis ao integral cumprimento das obrigações contratuais, constituindo-se este valor na única remuneração pelos serviços contratados.

b) A ELEFAR SAÚDE AMBIENTAL LTDA declara atender integralmente a todas as especificações técnicas, prazos, cronogramas e quantidades previstas no edital e seus anexos.

c) Declara, ainda, que possui pleno conhecimento dos locais onde os serviços serão executados, bem como de suas condições operacionais e logísticas.

d) A empresa ELEFAR SAÚDE AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 38.278.903/0001-01, declara que se enquadra no conceito de Microempresa / Empresa de Pequeno Porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, para efeito de tratamento diferenciado nas licitações públicas.

e) Declara, também, que todos os produtos utilizados na execução dos serviços são devidamente registrados e autorizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), garantindo eficácia comprovada no controle de pragas urbanas e segurança para os colaboradores da CONTRATADA, os servidores da CONTRATANTE e o meio ambiente, em conformidade com as Boas Práticas Operacionais e a Resolução RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009 – ANVISA.

Diligencia - Dispensa de serviço

2 mensagens

Licita HMAM <licitahmam@gmail.com> 20 de outubro de 2025 às 08:43
Para: juridico@grupotapajos.com.br

Bom dia!

[redacted]eira do hospital militar de área de Manaus, estou solicitando atestar a veracidade da declaração apresentada pela empresa ELEFAR CONTROL LTDA, em anexo.

Atenciosamente,

[redacted]

ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA.pdf
5043K

[redacted]e outubro de 2025 às 08:56

Bom dia, Prezada

Em atenção à solicitação, informo que **atesto a veracidade da declaração apresentada pela empresa ELEFAR CONTROL LTDA**, documento este devidamente assinado por mim.

Confirmo que as informações constantes no referido documento correspondem aos registros e procedimentos realizados por esta empresa.

Estou à disposição

Cordialmente

[redacted]
Gerente Administrativo, Jurídico e Regulatório Farmacêutico

[redacted]

Grupo Tapajós

SANTOREMÉDIO FarmaBem DROGARIA flexfarma

Rua Ivailandia, 423 - Coroado, Manaus - AM www.grupotapajos.com.br

De: Licita HMAM <licitahmam@gmail.com>
Enviado: segunda-feira, 20 de outubro de 2025 08:43
Para: Juridico Grupo Tapajos <juridico@grupotapajos.com.br>
Assunto: Diligencia - Dispensa de serviço

Some people who received this message don't often get email from licitahmam@gmail.com. Learn why this is important

[Texto das mensagens anteriores oculto]

PREFEITURA DE MANAUS
SECRETARIA DE FINANÇAS,TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E CONTROLE INTERNO - SEMEF

CARTÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL

INFORMAÇÕES DO CONTRIBUINTE

Razão Social: **ELEFAR CONTROL LTDA**	CNPJ: **38.278.903/0001-01**	Inscrição Municipal: **47608701**
Nome Fantasia: **ELEFAR AMBIENTAL**	Área Ocupada: **10.00**	Cadastro Imobiliário: **20942**
Logradouro: **RUA JAPURA**	Complemento:	Protocolo: **AMP2300041500**
Número: **1154**	CEP: **69020180**	Data da Expedição: **10/04/2023**
Bairro: **PRACA 14 DE JANEIRO**	Nota: **------**	

ATIVIDADE(S) EXERCIDA(S) NO LOCAL

CNAE:	Descrição
8129-0/00.99	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
8122-2/00	**Imunização e controle de pragas urbanas**

ATIVIDADE(S) NÃO EXERCIDA(S) NO LOCAL

CNAE:	Descrição

OBSERVAÇÕES

-
- Este documento é somente o comprovante de sua inscrição fiscal junto a Prefeitura de Manaus.
- O mesmo não representa e nem substituí a obrigatoriedade de obtenção do licenciamento aplicável as suas atividades econômicas, bem como, do Alvará de Localização e Funcionamento.
- Para consultar a autenticidade deste documento acesse o link: **https://portal-slim.manaus.am.gov.br/s/autenticidade/BCLUNF1X**

Escaneie o QR Code

SEMSA
Secretaria Municipal de Saúde

Prefeitura de Manaus

DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – VISA MANAUS
Avenida Japurá, 824, Cachoeirinha, CEP 69065-150
(92) 98842-7440 | visa.sms@manaus.am.gov.b

DECLARAÇÃO DE TRÂMITE Nº 0446/2025

DECLARO, a pedido da parte interessada e para os fins que se fizerem necessários, que a pessoa jurídica de razão social ***ELEFAR CONTROL LTDA,*** inscrita no CNPJ nº: **38.278.903/0001-01**, com atividade (CNAE) ***8122-2/00 - Imunização e controle de pragas urbanas*** (Principal) situada a Rua Japurá, nº:1154, Bairro: Praça 14 de Janeiro, CEP: 69020-180, requereu em 24/03/2025 a renovação da Licença Sanitária ***nº 17726/23***, conforme o Protocolo (SLIM) AMX2500008180 em trâmite na Visa Manaus.

O protocolo do processo de licenciamento sanitário encontra-se com o atual status "Em Exigência" desde 07/08/2025, com prazo de 60 (sessenta) dias a contar da presente data para manifestação do requerente.

O protocolo do processo de licenciamento pode ser acompanhado por meio do portal do Sistema de Licenciamento Integrado Municipal (SLIM), disponível no endereço eletrônico: slim.manaus.am.gov.br, opção "Acompanhamento de Processos Empresa".

Manaus (AM), 25 de agosto de 2025.

[redacted]
VISA MANAUS/SEMSA

Documento Siged 2025.01637.01795.9.106052

OBS.: Esta Declaração não substitui a Licença Sanitária que é o documento legal de funcionamento sanitário do estabelecimento.

Validade: 60 Dias

DOCUMENTO PENDENTE DE ASSINATURA POR MARIA DO CARMO LEAO COELHO
VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://siged.manaus.am.gov.br/cadastrousuarioexterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3455093D

PREFEITURA DE MANAUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - VISA MANAUS

LICENÇA SANITÁRIA
Nº 9235/2021
VÁLIDO ATÉ 09/06/2023

INFORMAÇÕES DO CONTRIBUINTE

Razão Social: **ELEFAR CONTROL LTDA**
Nome Fantasia: **ELEFAR AMBIENTAL**
Logradouro: **AVENIDA RAMOS FERREIRA**
Número: **1971**
Bairro: **PRACA 14 DE JANEIRO**

CNPJ: **38.278.903/0001-01**
Protocolo: **AMP2100054999**
Complemento: **LOJA 1**
CEP: **69020080**
Nota :**------**

Inscrição Municipal: **47608701**
Cadastro Imobiliário: **23727**
Data Emissão: **09/06/2021**
Valido até: **09/06/2023**

LISTA DE ATIVIDADES AUTORIZADAS

CNAE:	Descrição
8122-2/00	Imunização e controle de pragas urbanas
3702-9/00	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes
8129-0/00.99	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

LISTA DE ATIVIDADES NÃO AUTORIZADAS

CNAE:	Descrição

Observações

- Está licença não isenta este estabelecimento de novas inspeções e da contínua averiguação das condições sanitárias do mesmo;
- Está licença deverá ser afixada em local visível;
- A renovação da licença sanitária deverá ser requerida 90 (noventa) dias antes do vencimento;
- Para consultar a autenticidade deste documento acesse o link: **https://portal-slim.manaus.am.gov.br/s/autenticidade/21QPVN45X**
- As atividades de limpeza não especificadas anteriormente se referem a limpeza de prédios com excessão de ambientes hospitalares ou de saúde.

Scan QR Code

SEMSA
Secretaria Municipal de Saúde

Prefeitura de Manaus

DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – VISA MANAUS
Avenida Japurá, 824, Cachoeirinha, CEP 69065-150
(92) 98842-7440 | visa.sms@manaus.am.gov.b

DECLARAÇÃO DE TRÂMITE Nº 0446/2025

DECLARO, a pedido da parte interessada e para os fins que se fizerem necessários, que a pessoa jurídica de razão social ***ELEFAR CONTROL LTDA,*** inscrita no CNPJ nº: **38.278.903/0001-01**, com atividade (CNAE) ***8122-2/00 - Imunização e controle de pragas urbanas*** (Principal) situada a Rua Japurá, nº:1154, Bairro: Praça 14 de Janeiro, CEP: 69020-180, requereu em 24/03/2025 a renovação da Licença Sanitária ***nº 17726/23***, conforme o Protocolo (SLIM) AMX2500008180 em trâmite na Visa Manaus.

O protocolo do processo de licenciamento sanitário encontra-se com o atual status "Em Exigência" desde 07/08/2025, com prazo de 60 (sessenta) dias a contar da presente data para manifestação do requerente.

O protocolo do processo de licenciamento pode ser acompanhado por meio do portal do Sistema de Licenciamento Integrado Municipal (SLIM), disponível no endereço eletrônico: slim.manaus.am.gov.br, opção "Acompanhamento de Processos Empresa".

Manaus (AM), 25 de agosto de 2025.

[redacted]
VISA MANAUS/SEMSA

Documento Siged 2025.01637.01795.9.106052

OBS.: Esta Declaração não substitui a Licença Sanitária que é o documento legal de funcionamento sanitário do estabelecimento.

Validade: 60 Dias

DOCUMENTO PENDENTE DE ASSINATURA POR MARIA DO CARMO LEAO COELHO
VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://siged.manaus.am.gov.br/cadastrousuarioexterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3455093D

PREFEITURA DE MANAUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - VISA MANAUS

LICENÇA SANITÁRIA
Nº 9235/2021
VÁLIDO ATÉ 09/06/2023

INFORMAÇÕES DO CONTRIBUINTE

Razão Social: **ELEFAR CONTROL LTDA**
Nome Fantasia: **ELEFAR AMBIENTAL**
Logradouro: **AVENIDA RAMOS FERREIRA**
Número: **1971**
Bairro: **PRACA 14 DE JANEIRO**

CNPJ: **38.278.903/0001-01**
Protocolo: **AMP2100054999**
Complemento: **LOJA 1**
CEP: **69020080**
Nota :**------**

Inscrição Municipal: **47608701**
Cadastro Imobiliário: **23727**
Data Emissão: **09/06/2021**
Valido até: **09/06/2023**

LISTA DE ATIVIDADES AUTORIZADAS

CNAE:	Descrição
8122-2/00	Imunização e controle de pragas urbanas
3702-9/00	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes
8129-0/00.99	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

LISTA DE ATIVIDADES NÃO AUTORIZADAS

CNAE:	Descrição

Observações

- Está licença não isenta este estabelecimento de novas inspeções e da contínua averiguação das condições sanitárias do mesmo;
- Está licença deverá ser afixada em local visível;
- A renovação da licença sanitária deverá ser requerida 90 (noventa) dias antes do vencimento;
- Para consultar a autenticidade deste documento acesse o link: **https://portal-slim.manaus.am.gov.br/s/autenticidade/21QPVN45X**
- As atividades de limpeza não especificadas anteriormente se referem a limpeza de prédios com excessão de ambientes hospitalares ou de saúde.

Scan QR Code

INFORMAÇÕES DO CONTRIBUINTE

Nome/Razão Social: **ELEFAR CONTROL LTDA**

Endereço do Empreendedor: **RUA JAPURA, - 1154 - PRACA 14 DE JANEIRO - MANAUS - CEP AM 69020180**

Complemento:

Endereço do Empreendimento: **RUA JAPURA, 1154 - PRACA 14 DE JANEIRO - MANAUS - AM - CEP 69020180**

Complemento:

Coordenadas Geográficas: **3° 7' 18,591" S 60° 0' 57,832" W**

Porte do Empreendimento: **PEQUENO**

CPF/CNPJ: **38.278.903/0001-01**

Data da Emissão: **05/08/2025**

Válido até: **05/08/2027**

Protocolo: **AMP2300041500**

Potencial de Impacto: **MÉDIO**

Inscrição Municipal: **47608701**

LISTA DE ATIVIDADES

Autorizada(s) / Finalidade |Total de Restrições/Condições(Verso): 24 Itens

Atividade:

Comércio e Serviços

Item:	Descrição
2224	Serviço de dedetização e expurgo

Finalidade:

Autorizar serviços de imunização e controle de pragas urbanas pela empresa "ELEFAR AQMBIENTAL " na cidade de Manaus/AM.

Observações

- Esta licença é composta de 24 restrições/condições constante no verso;
- Para consultar a autenticidade deste documento acesse o link: https://slim-legacy.manaus.am.gov.br/licenciamento/licencas/27527761/pdf

LISTA DE RESTRIÇÕES/CONDIÇÕES

Item:	Descrição
1	Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na documentação apresentada e vistoria “in loco”, devendo o interessado requerer nova Licença, quando houver mudança de qualquer um dos itens ou ampliações;
2	Esta licença não dispensa e nem substitui outro documento exigido pela legislação Federal, Estadual e Municipal, bem como não implica no reconhecimento de qualquer direito de propriedade, não eximindo o outorgado de regularizar-se junto a esses órgãos;
3	A renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado nesta licença, atendendo à Lei Complementar N˚ 140 de 08/12/2011;
4	O descumprimento de quaisquer itens tornará sem efeito esta Licença, acarretará embargo e demais sanções previstas nas legislações pertinentes ao meio ambiente;
5	Manter exposto no local do empreendimento, cópia autenticada desta licença ou a via original;
6	É vedada a disposição inadequada de resíduos de qualquer natureza devendo os mesmos ser segregados, acondicionados e direcionados para o local apropriado;
7	É expressamente proibida a queima de quaisquer tipos de resíduos;
8	Cumprir o estabelecido na Resolução CONAMA n° 001/90, que dispõe sobre os padrões de emissões de ruídos causados pelas atividades industriais e comerciais, onde os mesmos não devem ser superiores aos considerados aceitáveis pela NBR 10.151 (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT "Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas"), visando o conforto da comunidade, sendo o descumprimento passível de aplicação das penalidades cabíveis;
9	O empreendimento encontra-se inserto em área de anuência do sítio arqueológico denominado "Constantino Nery", e em caso de verificação de vestígios arqueológicos na área e influência direta ou indireta o empreendimento deverá comunicar ao IPHAN;
10	Manter atualizado o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB ou documento similar e a Licença Sanitária emitida pela DVISA;
11	Se houver alteração no Procedimento Operacional Padrão (POP) ou nos produtos utilizados pela empresa, o interessado deverá apresentar cópia da ficha técnica dos produtos com respectivo registro e cópia do POP;
12	Atender a RDC 52/2009, a Política Nacional de Resíduos Sólidos pelo Governo Federal e seus Decretos;
13	O armazenamento dos produtos utilizados no processo produtivo da empresa deve atender as especificações do fabricante;
14	As embalagens dos produtos devem sofrer segregação e destinação final, de acordo com a Lei Nº 7.802/89, combinada com o Decreto Nº 4.074/02;
15	Realizar a tríplice lavagem e a higienização dos EPIs no local destinado para tal, de modo que, caso ocorra vazamento do efluente gerado, o mesmo possa ser direcionado para um recipiente fechado e armazenado para posterior reaproveitamento em outras soluções utilizadas nos serviços de controle de pragas;
16	A empresa deverá manter na sede do empreendimento os certificados de destinação de resíduos gerados pela Atividade, que deverão ser encaminhados a esta SEMMASCLIMA, na ocasião da solicitação de renovação da licença;
17	Manter exposto no local do empreendimento e transitar nos veículos com cópia autenticada desta licença ou a via original;
18	Deverá manter constantemente a segurança dos Funcionários com uso de EPI's e EPC's;
19	Os veículos para transporte dos produtos químicos e equipamentos devem ser dotados de compartimento que os isolem dos ocupantes, devendo ser de uso exclusivo para atividade de controle de vetores e pragas urbanas e atender às exigências legais para o transporte de produtos perigosos;
20	Apresentar SEMESTRALMENTE os certificados dos resíduos gerados pela atividade, especificando a quantidade das embalagens destinadas;
21	Apresentar ANUALMENTE o documento comprobatório de esgotamento sanitário;

Item:	Descrição
22	De acordo com a RESOLUÇÃO Nº 087/2016 COMDEMA (Art. 81 e Anexo IV, itens II e III) como forma de compensação ambiental pela intervenção em área de 302,31 m², o interessado deverá doar a SEMMAS, realizando a entrega no setor de produção de mudas localizado no Instituto Federal do Amazonas (antiga Escola Agrotécnica), situado na Alameda Cosme Ferreira – Zumbi – Campus Distrito, a quantidade de 152 (cento e cinquenta e duas) mudas, acondicionadas em embalagens apropriadas às mudas frutíferas (saco de Polietileno medindo 16 x 22 x 0,06 cm, cor preta, com furos para drenagem e torrão firme para facilitar o plantio) e em bom estado fitossanitário com as seguintes características: muda ereta, cor uniforme, sem deformações, ausência de ataques de pragas, doenças ou deficiência nutricional, com altura mínima de 50 cm, das espécies de: 30 açaí (Euterpe precatória), 30 pupunha (Bactris gasipaes), 30 graviola (Annona muricata) acondicionar em embalagens apropriadas às mudas florestais (saco de Polietileno medindo 28 x 45 x 0,06 cm, cor preta, com furos para drenagem e torrão firme para facilitar o plantio) e em bom estado fitossanitário com as seguintes características: muda ereta, cor uniforme, sem deformações, ausência de ataques de pragas, doenças ou deficiência nutricional, com altura mínima de 1,5 m, das espécies de: 30 pau-pretinho (Cenostigma tocantinum), 32 jutairana (Cynometra bauhiniifolia, no prazo máximo de 12 (doze) meses a contar do recebimento desta. Quando da entrega das mudas, o interessado deverá apresentar comprovante nesta SEMMAS;
23	A aquisição das mudas deverá ser realizada junto a produtor de mudas devidamente cadastrado no Registro Nacional de Sementes de Mudas – RENASEM, acompanhadas de Nota Fiscal e Termo de conformidade, em atendimento ao disposto na Lei nº 10.711/2003, Art. 8º e seu Decreto Regulamentador nº 5.153/2004;
24	Quando da renovação apresentar: a) Cadastro de Atividade do Serviço de Dedetização e Expurgo (MODELO SEMMASCLIMA), devidamente preenchido e assinado; b) Declaração de cumprimento das restrições/condicionantes da LMO acompanhado da cópia da Licença Ambiental a ser renovada; c) Certificado de Anotação de Responsabilidade Técnica Veterinária; d) Certificados de destinação de resíduos e efluentes gerados pela atividade (produto vencido, embalagens usadas contaminadas, sólidos contaminados, efluente gerado na tríplice lavagem, entre outros), acompanhadas da Licença de Operação destas perante o órgão ambiental competente e o respectivo Manifesto de Transporte de Resíduos Perigosos.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: **38.278.903/0001-01**
Razão Social: **ELEFAR CONTROL LTDA**
Nome Fantasia: **ELEFAR SAUDE AMBIENTAL**
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **12/05/2026**

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: **Micro Empresa**
Natureza Jurídica: **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA** MEI: **Não**
Capital Social: **R$ 30.000,00** Data de Abertura da Empresa: **30/08/2020**
CNAE Primário: **8122-2/00 - IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS**

CNAE Secundário 1: **8129-0/00 - ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS**

Dados para Contato

CEP: [redacted]
Endereço:
Município / UF:
Telefone:
E-mail:

Dados do Responsável Legal

CPF: [redacted]
Nome:

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: [redacted]
Nome:
E-mail:

Relatório de Credenciamento

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF:
Nome:
Número do Docume
Data de Expedição:
Filiação Materna:
Estado Civil:

Dados do Cônj

Estrangeiro:
Nome:
Carteira de Ident
Data de Expediçã

CEP:
Endereço:
Município / UF:
Telefone:
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF:
Nome:
Número do Document
Data de Expedição:
Filiação Materna:
Estado Civil:
CEP:
Endereço: 04 TORRE
Município / UF:
Telefone:
E-mail:

Linhas Fornecimento

Serviços

3417 - Desinsetização / Desratização / Dedetização

13595 - Manutenção / Higienização de Reservatório de Água Potável

elefar
saúde ambiental

Av Ramos Ferreira, 1971
Praça 14 de Janeiro - Manaus-AM
(92) 9 9511-7987
elefar@elefar.com.br
www.elefar.com.br

PROPOSTA DE PREÇO

Ao
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS
Dispensa Eletrônica N° 141/2025

A empresa ELEFAR CONTROL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 38.278.903/0001-01, sediada na Rua Japurá, nº 1154 – Praça 14 de Janeiro – Manaus/AM – CEP 69020-180, apresenta orçamento de execução do respectivo serviço conforme planilha abaixo, de acordo com todas as especificações e condições técnicas.

DADOS DO PROPONENTE:

Razão Social: ELEFAR SAÚDE AMBIENTAL LTDA **CNPJ:** 38.278.903/0001-01

Nome Fantasia: ELEFAR SAÚDE AMBIENTAL **Optante pelo Simples Nacional:** Sim

E-mail: comercial@elefar.com.br **Telefone:** (92) 99480-1919

Endereço: Rua Japurá, nº 1154 – Praça 14 de Janeiro – Manaus/AM – CEP 69020-020

Registro Conselho de Química: CRQ-XIV Nº 145502038

Resp [redacted] RQ-XIV Nº 1010036

Validade da proposta: 90 (noventa) dias

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND. MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviço de desinsetização controle de insetos, como baratas, traça, formigas, moscas, mosquitos (aedes aegypti, anopheles) com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e Ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Participante ou Próprios Nacionais Residenciais -PNR), com garantia mínima de seis meses comprovada por visita de técnico responsável.	3417	M²	17000	R$ 0,10	R$ 1.700,00
Valor por extenso (PREÇO UNITÁRIO): Dez centavos						
Valor por extenso (PREÇO TOTAL): Hum mil e setecentos reais						

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 22/10/2025 10:55:28

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ELEFAR CONTROL LTDA**
CNPJ: **38.278.903/0001-01**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**38.278.903/0001-01**
Razão Social:	**ELEFAR CONTROL LTDA**
Nome Fantasia:	**ELEFAR SAUDE AMBIENTAL**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **12/05/2026**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**04/03/2026**	**Automática**
FGTS	Validade:	**25/10/2025**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**25/03/2026**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**26/10/2025**
Receita Municipal	Validade:	**24/12/2025**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/06/2026**

CPF: 045.XXX.XXX-43 [redacted]
Ass: _____

__ SIAFI2025-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL)_____
02/07/25 09:02 USUARIO: JULIAN
DATA EMISSAO : 25Jun25 VALORIZACAO : 25Jun25 NUMERO : 2025NC419235
UG EMITENTE : 167505 - DEPARTAMENTO GERAL DE PESSOAL - GESTOR
GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL
UG/GESTAO FAVORECIDA : 167020 / 00001 - H MIL A MANAUS
OBSERVACAO
ATENDE AO SERVIÇO DE CONTROLE DE PRAGAS.
REFERENTE AO PERÍODO DE JUL A DEZ 2025, CONFORME PDR SSEX 2025.
EMPENHAR ATÉ 30 AGOSTO 2025 - LIQUIDAR MENSALMENTE.
NUM. TRANSFERENCIA :

EV.	ESF	PTRES	FONTE	ND	SB	UGR	PI	V A L O R
300063	2	215845	1005000142	339039		167505	D8SACNTAADM	5.250,00

LANCADO POR : [redacted]UG : 167505 25Jun25 16:09
PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

Data e hora da consulta: 05/11/2025 12:06
Usuário: ***.055.202-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
167020	HOSPITAL MILITAR DE AREA DE MANAUS	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
09.601.850/0002-09	RUA PROF ERNANI SIMAO, NR 1421 CACHOEIRINHA	69065-390

Município	UF	Telefone
MANAUS	AM	PABX: (092)2126-2000 FAX:2126-2005/2126-2056

Ano	Tipo	Número
2025	NE	2620

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
2	215845	1005000142	339039	167505	D8SACNTAADM

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
22/10/2025	Global	64581.016685/2025-61	0,0000	1.700,00

Favorecido

Código	Nome
38.278.903/0001-01	ELEFAR CONTROL LTDA

Endereço	CEP
JAPURA 1154 PRACA 14 DE JANEIRO	69020-180

Município	UF	Telefone
MANAUS	AM	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
139	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 14.133 / 2021	75	-	II	-

Descrição
339039.78-LIMPEZA E CONSERVACAO
DIEX Nº 920-ALMOX, DE 21 OUT 25 * DISPENSA 141/2025, CONTRATO 257/2025 2025NC419235-DGP, DE 25 JUN 25

Local da Entrega
RUA PROF. ERNANI SIMAO, NR 1421, CACHOEIRINHA, MANAUS-AM, CEP 69.065-390

Informação Complementar
160020060014120 25 - UASG Minuta: 160020

Sistema de Origem
COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
002	23/10/2025 11:26:15	Alteração

Data e hora da consulta: 05/11/2025 12:06
Usuário: ***.055.202-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	1.700,00

Subelemento 78 - LIMPEZA E CONSERVACAO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00001 - Prestacao de servico de desinsetizacao controle de insetos, como baratas, traca, formigas, moscas, mosquitos (aedes aegypti, anopheles) com fornecimento de material e mao de obra, de acordo com as normas tecnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependencias do Orgao), com garantia minima de seis meses comprovada por visita de tecnico responsavel..	1.700,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
22/10/2025	Inclusão	17.000,0000	0,1000	1.700,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
[redacted]
23/10/2025 11:26:15

Responsável pela Nota de Empenho
[redacted]RAL
23/10/2025 09:58:07

Versão	Data/Hora	Operação
002	23/10/2025 11:26:15	Alteração

Aviso de Contratação Direta nº 141/2025

Última atualização 13/10/2025

Local: Manaus/AM **Órgão:** COMANDO DO EXERCITO

Unidade compradora: 160020 - HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II **Tipo:** Aviso de Contratação Direta

Modo de disputa: Dispensa Com Disputa **Registro de preço:** Não **Fonte orçamentária:** Não informada

Data de divulgação no PNCP: 13/10/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 14/10/2025 08:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 17/10/2025 08:15 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 00394452000103-1-020714/2025 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Contratação de serviço, sob demanda, de empresa especializada em controle sanitário.

Informação complementar:

Conforme o Termo de Referencia.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 5.270,00	R$ 1.700,00

Itens | Arquivos | Contratos/Empenhos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	Desinsetização / Desratização / Dedetização Prestação de serviço de desinsetização controle de insetos, como baratas, traça, formigas, moscas, mosquitos (aedes aegypti, anopheles) com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão), com garantia mínima de seis meses comprovada por visita de técnico responsável..	17000	R$ 0,31	R$ 5.270,00

Exibir: 5 | 1-1 de 1 itens | Página: 1

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Enap Escola Nacional de Administração Pública

Serpro

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

Estudo Técnico Preliminar 107/2025

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇAO

A contratação de empresa especializada em controle sanitário é essencial para a conservação de um ambiente de trabalho salubre, minimizando os riscos à saúde dos pacientes, militares, servidores, terceirizados e visitantes. O serviço visa combater e eliminar vetores e pragas urbanas, como roedores, baratas, moscas, formigas, cupins e pombos, entre outros. Além disso, a contratação é necessária para o cumprimento das normas de higiene e segurança sanitária em edificações, garantindo um ambiente seguro e adequado às atividades nas Organizações Militares de Saúde (OMS).

3. Área requisitante

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 REQUISITOS GERAIS:

A empresa contratada deverá:
* Ser especializada em serviços de controle sanitário e desinfestação.
* Utilizar produtos e equipamentos aprovados pelos órgãos competentes, como a Anvisa e o Ibama.
* Fornecer mão de obra qualificada e devidamente treinada.
* Atender às normas técnicas vigentes relacionadas ao controle de vetores e pragas urbanas.
Emitir relatórios técnicos periódicos que comprovem a execução dos serviços e resultados obtidos.

A contratação será realizada com base no disposto no art. 6º, inciso XXI, combinado com o art. 17 da Lei nº 14.133/2021, que regulamenta as contratações públicas, e no art. 3º do Decreto nº 10.922, de 30 de dezembro de 2021, que regula o Sistema de Registro de Preços (SRP). Adicionalmente, a prestação de serviços de controle sanitário não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública, conforme o disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, sendo vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta entre os empregados da contratada e a Contratante.
A empresa vencedora do certame deverá disponibilizar, sob sua responsabilidade, os materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios e produtos necessários à perfeita execução dos serviços, tanto nas áreas internas quanto externas da Contratante, observando as normas técnicas, de saúde, segurança e meio ambiente aplicáveis.

5. Levantamento de Mercado

5.1 LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES:

Realizou-se uma pesquisa de mercado através de contratações similares de outros órgãos para identificar empresas capacitadas a prestar o serviço conforme os requisitos especificados. Foram analisadas as práticas de mercado, tecnologias disponíveis e preços praticados, com o objetivo de garantir a escolha mais vantajosa para a administração pública.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução contempla a contratação de empresas especializadas para realizar serviços regulares e sistemáticos de controle de pragas e vetores em todas as dependências do Hospital Militar de Área de Manaus e Posto Avançado de Fisioterapia, abrangendo:

* Período de execução: durante a vigência do pregão;
* Demanda: será conforme a necessidade apresentar-se ao longo do ano;
* Local de execução dos serviços:
* Aplicação de produtos químicos específicos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1

Por ser dispensa, foi calculada apenas para realização de 2 meses da metragem total mensal. Até que o pregão central do GCALC seja homologado.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 2.890,00

8.1 O custo estimado da contratação será detalhado no Termo de Referência, com base na pesquisa de mercado, incluindo valores globais máximos para execução dos serviços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A aquisição será feita por itens, dessa forma, não haverá prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando proporcionar a ampla participação de licitantes.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

CONTRATAÇÕES CORRELATAS:

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes para a execução deste serviço.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:
I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000088/2025
II) Data da publicação no PNCP: 02/05/2024
III) Id do item no PCA: 77 e 116
IV) Classe/Grupo: 943 - SERVIÇOS DE SANEAMENTO E SERVIÇOS SIMILARES e
872 - SERVIÇOS DE REPARO DE OUTROS BENS
V) Identificador da Futura Contratação: 160020-16/2025 e 160020-70/2025
VI) Valor total estimado: R$ 150.000,00

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

1. Potencializar a boa imagem institucional;

2. Inibir o aparecimento e/ou proliferação de patógenos e pragas urbanas diversas nas dependências deste hospital

13. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de capacitação, nem de adequação do ambiente para a contratação, pois
as instalações e corpo técnico estão devidamente adequados às necessidades.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Após amplo estudo da situação, não foi identificado possível impacto ambiental relevante decorrente da realização dos serviços contratados e especificados

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O presente estudo preliminar evidencia que a forma de contratação maximiza a probabilidade de alcance dos resultados pretendidos, minimiza os riscos pertinentes e observa os princípios da economicidade, eficácia e eficiência consiste na solução escolhida, desde que atenda
aos requisitos mínimos estabelecidos no termo de referência/projeto básico.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

1º ODT - Fiscal de contrato

[redacted]

2º OTT Nutrição - Fiscal de contrato

HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

Termo de Referência 142/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
142/2025	160020-HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS	[redacted]	13/10/2025 17:44 (v 0.5)

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		64581.012635/2025-13

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo n° *64581.012635/2025-13*)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviço, sob demanda, de empresa especializada em controle sanitário, visando atender as necessidades do HMAM, com fornecimento de material e uso de pesticida adequado à praga, autorizado pela vigilância sanitária e aplicado por mão de obra qualificada, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL[A2] [A3]
1	Prestação de serviço de desinsetização controle de insetos, como baratas, traça, formigas, moscas, mosquitos (aedes aegypti, anopheles) com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Participante ou Próprios Nacionais Residenciais - PNR), com garantia	3417	m2	17000	R$0,31	R$ 5270,00

	mínima de seis meses comprovada por visita de técnico responsável.					

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

*1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns),** conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.[A4]*

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4. O serviço é enquadrado como não contínuo.

Prazo de vigência

*1.6. O prazo de vigência da contratação é de **90 dias** contados da emissão do empenho, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.*

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.[A5]

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. *A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]*

*2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [**2025**], conforme detalhamento a seguir:*

ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000088/2025

II) Data da publicação no PNCP: 02/05/2024

III) Id do item no PCA: 77 e 116

IV) Classe/Grupo: 943 - SERVIÇOS DE SANEAMENTO E SERVIÇOS SIMILARES e

872 - SERVIÇOS DE REPARO DE OUTROS BENS

V) Identificador da Futura Contratação: 160020-16/2025 e 160020-70/2025

VI) Valor total estimado: R$ 150.000,00

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade[A2]

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1A contratação deverá prever no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos daInstrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

4.1.2 Conforme preconiza o Art. 4º da RDC nº 622, de 09 de março 2022 da Agência Nacional deVigilância Sanitária (ANVISA), a empresa contratada deverá estar licenciada à autoridade sanitáriaambiental competente, bem como atender todos os requisitos da citada resolução;

4.1.3 Deverá ser dada preferência por produtos de baixo impacto ambiental, duráveis e reparáveis;

e

4.1.4 A empresa contratada deverá recolher as embalagens vazias dos produtos desinfetantes/praguicidas, bem como quaisquer resíduos gerados, dando-lhes adequada destinação, em conformidade com as normas ambientais vigentes.

4.2. A empresa a ser contratada ficará submetida a realizar:

4.2.1 A dedetização em toda área interna e no entorno das edificações, redes de esgoto, caixas de inspeção e caixas de gordura;

4.2.2 Desratização por meio de instalação de iscas no entorno das edificações e sob pisos elevados, tantas quantas forem necessárias para atendimento das necessidades do local;

4.3. A contratada deverá emitir certificado de execução dos serviços realizados, constando

4.3.1 Nome e razão social, endereço completo, data da execução dos serviços e locais de aplicação/manejo;

4.3.2 Quantidade e relação nominal dos produtos utilizados, sua composição química (qualitativa e quantitativa), nome químico, praga(s) alvo(s), toxicologia, grupo químico, concentração, precauções, antídoto, prazo de validade, fabricante e o número de registro deste(s) produto(s) na Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

4.3.3 Número do telefone do Centro de Referência ou Centro de Informação Toxicológica (CEATOX) mais próximo em casos de intoxicação;

4.3.4 Carimbo e assinatura do responsável técnico com o respectivo número no registro do Conselho da Categoria;

4.3.5 Esse Certificado deverá ser afixado em local de fácil visibilidade, conforme RDC ANVISA N.º 52/2009.

Subcontratação[A6]

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução[A2]

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: *02* dias *da emissão da ordem de serviço.*

5.1.2. 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: 05 dias da emissão da ordem de serviço

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3 Os serviços compreendem extermínio e/ou controle de insetos rasteiros e outras espécies consideradas como pragas, tais como: baratas, pulgas, percevejos, aranhas, formigas, escorpiões, traçase semelhantes

5.1.4 O serviço de desinsetização para o controle de insetos rasteiros e voadores, deverá ser utilizado gel inseticida, pulverização, micro pulverização e atomização. A pulverização ou micro pulverização líquida será realizada na parede completa e piso do ambiente interno e no ambiente externo a imunização pode ser realizada através de pulverização ou atomização, ambas com aspersão de inseticida em solução aquosa de baixo odor e reduzido grau tóxico com efeito desalojante, "knockdown" (choque) e residual, atuando por contato.

5.1.5 Nas caixas de esgoto além de emprego de inseticidas líquidos será empregado pó seco; nos maquinários e equipamentos eletroeletrônicos deverá ser realizada a aplicação de gel específico para baratas e formigas.

5.1.6 As substâncias usadas na formulação do produto a ser empregado deverão estar devidamente registradas e licenciadas no MINISTÉRIO DA SAÚDE, devendo ainda atender toda a legislação vigente no país sobre o assunto

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: A*v Prof. Ernani Simião, 1421 - Cachoeirinha - Hospital Militar de área de Manaus.*

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: *Seg a qui 07h-15h - sex 07h-12h.*

5.8 Materiais a serem disponibilizados

5.8. Os produtos utilizados deverão ser de primeira qualidade e ter, no mínimo, as seguintes características;

5.8.1 Não causarem manchas;

5.8.2 Serem antialérgicos;

5.8.3 Tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação;

5.8.4 Ser incolor;

5.8.5 Serem inofensivos à saúde humana;

5.8.6 Não danificarem ou causarem a morte das plantas dos canteiros, árvores e gramados;

5.8.7 Os SANEANTES DOMISSANITÁRIOS/DESINFESTANTES a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados na ANVISA, conforme Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC ANVISA Nº 52, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009.

5.8.8 Para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 23 DE AGOSTO DE 2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n° 6.938, de *1981.*

5.14 Especificação[A14] da garantia do serviço

5.14. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido[A15] na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto[A2]

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado *não necessitará* manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante o período.*

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A3]

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Gestor do Contrato

6.68. Cabe ao gestor do contrato:

6.68.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.68.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.68.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.68.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.68.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.68.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.68.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.68.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.[A12]

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto será realizada pelo setor Requisitante do Serviço, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de *05 (cinco)* dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.[A5]

7.7 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.[A7]

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de *05*(*cinco*) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A8]

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.[A9]

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A10]

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2.Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8..3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *XX* (*xxxxx*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade DISPENSA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO]

Exigências[A8] de habilitação

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.9. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br /empreendedor;

9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.13. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.17. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.25. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]

9.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A13]

Qualificação Econômico-Financeira[A14]

9.28. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.29. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.30. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais,* já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A15] :

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

*9.31. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, [**capital mínimo**] **OU** [**patrimônio líquido mínimo**] de [**definir percentual, limitado a 10%**] do [**valor total estimado da contratação – aplicável para o contrato de escopo**] **OU** [**valor total estimado da contratação para o período de doze meses – aplicável para o contrato de serviço continuado**] **OU** [**valor total estimado da parcela pertinente**].[A16]*

9.33. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.34. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.37. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica (A21)

9.38. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.38.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso[A24] .

9.41.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:[A25]

9.41.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 06 SEIS MESES do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes; [A26]

9.41.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.41.1.4. O fornecedor disponibilizará [A29] todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.41.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.43. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.44. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.49. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.50. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.51. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.52. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.53. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.54. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.54.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.54.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.54.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.54.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.54.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.54.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.54.6.1. ata de fundação;

9.54.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.54.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.54.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.54.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.54.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.54.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador[A34] .

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável é de R$5270,00 (Cinco Mil duzentos e setenta reais), conforme custos unitários apostos na* ***tabela contida no item 1.1 acima***

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente[A2] .*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

manaus, 13 de outubro de 2025.

_____

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

ANEXO I[A1]

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2])

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 05 cinco dias ,* contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3.. . O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *no Aviso de Dispensa Eletrônica,* no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.[A3]

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE[A7]

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A11]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

4.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A12]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8 Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; [A13]

4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações

trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;[A14]

4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.26 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.31. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

4.32. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

4.33. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

4.34. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

4.35. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

4.36. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

4.37. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.38. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

4.39. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

4.40. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.[A17]

4.41. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

4.43. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD[A19]

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A20]

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A21]

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A22]

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL[A23]

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A27]

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A28]

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Manaus, Seção Judiciária do Amazonas, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, ... *(identificar o Contratado)* declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital* ***OU*** *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

manaus, 13 de outubro de 2025.

[redacted]

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

Equipe de apoio

[redacted]

Equipe de apoio

Despacho: Despacho o Referido termo de Referencia para dispensa.

[redacted]

Autoridade competente

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

Carta Nº 25-SALC/DIV AP ADM/SUBDIREÇÃO

Manaus, AM, 15 de dezembro de 2025.

Assunto: Justificativa de Dispensa

1.

O Pregão destinado à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de controle de pragas já se encontrava devidamente previsto no GCALC. Contudo, por razões operacionais e administrativas, houve atrasos em sua execução, o que resultou na extrapolação do prazo de vigência do último contrato vigente.

Ressalta-se que o contrato anterior possuía validade até julho de 2025. Conforme o planejamento inicial, o referido pregão deveria ter sido lançado em abril de 2025, com previsão máxima de conclusão até junho de 2025, de modo a assegurar a continuidade dos serviços sem interrupções. Entretanto, o certame somente foi efetivamente lançado em setembro de 2025, ocasionando a ausência de cobertura contratual para os serviços de controle de pragas no período subsequente.

Tal situação implicou risco direto à manutenção do sistema sanitário do hospital, serviço este essencial e indispensável para o adequado funcionamento da unidade e para a preservação da saúde pública. Diante da impossibilidade de descontinuidade desses serviços, fez-se necessária a adoção de **Dispensa de Licitação**, limitada estritamente a uma fração do objeto, apenas para garantir a manutenção mínima do controle de pragas.

A contratação emergencial decorrente da dispensa possui vigência restrita ao prazo de **02 (dois) meses**, período estimado como suficiente para a conclusão do Pregão em andamento, atualmente sob demanda do Colégio Militar, não configurando, portanto, substituição do procedimento licitatório regular, mas sim medida excepcional para assegurar a continuidade do serviço essencial.

Dessa forma, a Dispensa de Licitação justifica-se como medida necessária, proporcional e temporária, adotada exclusivamente para evitar a interrupção dos serviços de controle de pragas até a formalização do contrato definitivo oriundo do Pegão.

[redacted]
Auxiliar da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **Cb** [redacted] conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: aXyk-1jPa-nzDf-7B1f